



O PAPEL DO CONGRESSO NO ORÇAMENTO PÚBLICO

O Congresso Nacional desempenha função central no planejamento e na fiscalização do uso do dinheiro público. Cabe aos parlamentares analisar, modificar, votar e aprovar as leis orçamentárias, além de acompanhar a execução financeira da União e de seus órgãos, garantindo transparência e responsabilidade no gasto dos recursos.

As principais leis que compõem o ciclo orçamentário são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Todas elas são enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso, que pode propor mudanças antes da aprovação final. O PPA estabelece prioridades e metas para quatro anos; a LDO define as prioridades do próximo exercício; e a LOA detalha quanto o governo deve arrecadar e como pretende aplicar os recursos.

Durante a execução do orçamento, podem surgir necessidades não previstas ou valores insuficientes, sendo possível realizar ajustes por meio de créditos adicionais. Eles podem reforçar dotações existentes, criar despesas não previstas ou atender situações urgentes. A abertura desses créditos depende, em geral, de autorização legislativa.

A tramitação das leis orçamentárias segue regras específicas e passa obrigatoriamente pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que analisa o conteúdo, sistematiza emendas e elabora parecer para votação em sessão conjunta de deputados e senadores. Após a aprovação, o texto segue ao Presidente da República para sanção ou veto.

Além de legislar sobre o orçamento, o Congresso fiscaliza sua execução. Essa atividade é realizada com apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do exame de relatórios técnicos sobre arrecadação, aplicação de verbas, desempenho de programas e gestão do patrimônio público, promovendo maior controle das ações governamentais.

O controle externo exercido pelo Parlamento também inclui o julgamento anual das contas do Presidente da República. Após análise técnica e parecer prévio do TCU, a CMO emite recomendação que será votada pelo Congresso. Esse processo permite avaliar a regularidade das decisões do governo e corrigir eventuais falhas na gestão pública.

Dessa forma, o Congresso mantém seu papel estratégico no equilíbrio entre poderes, atuando para que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente, planejada e transparente, sempre em benefício da sociedade brasileira.

